

Conteúdo programático de prática processual
DIREITOS HUMANOS, ÉTICA JURÍDICA, PROCESSUAL CONSTITUCIONAL
E INTERNACIONAL

ATENÇÃO - Regras para elaboração da Pasta:

1. Forma de elaboração

Todas as atividades devem ser feitas manuscritamente, com letra legível e apresentação organizada. Não serão aceitos trabalhos digitados, datilografados ou escritos de forma ilegível.

2. Peças processuais

As peças devem ser elaboradas exclusivamente na Folha Modelo 2ª Fase OAB FAM, disponível no site www.vemprafam.com.br/NPJ. O uso de qualquer outro modelo implicará na desconsideração da atividade, sendo esta considerada não entregue.

3. Relatórios de audiências

Os relatórios devem ser preenchidos manuscritamente no formulário identificado como **Relatório de Audiências** e assinados, quando se tratar de participação presencial. No caso de audiências realizadas pelo site <https://audienciasonline.com.br/>, é obrigatória a anexação do **Relatório de Audiências** juntamente com o respectivo **certificado**. O documento deve conter todas as informações solicitadas e assinatura legível do responsável pela audiência.

4. Prazos e período de realização

Para a aprovação da pasta, todos os itens deverão ser realizados e datados no **segundo semestre de 2025**. Atividades entregues fora do prazo ou em formato diverso do exigido não serão aceitas.

5. Entrega e formato

As tarefas devem ser postadas no Canvas na data determinada, em formato PDF, reunidas em um único arquivo, organizado e em ordem.

6. Proibições e autenticidade

Não é permitido o uso de inteligência artificial, redatores automáticos ou auxílio de terceiros na elaboração das peças. Todo o trabalho deve ser individual e original, sob pena de reprovação e aplicação das sanções acadêmicas cabíveis.

7. Penalidades

A ausência de qualquer atividade prevista acarretará a reprovação total da pasta. Atividades incompletas, ilegíveis ou que não atendam aos requisitos formais serão desconsideradas.

1. Prática em Direitos Humanos

1.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

O Brasil ratificou, por meio de decreto do Poder Executivo, a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, cujo texto foi aprovado em 2013 durante sessão da Organização dos Estados Americanos (OEA), na Guatemala. Em conformidade com o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional com quórum qualificado possuem status equivalente a emenda constitucional.

Considerando que a convenção estabelece compromissos para adoção de medidas concretas de prevenção, combate e punição a atos de racismo e intolerância, elabore um parecer jurídico (**cerca de 400 palavras**) que responda aos seguintes pontos:

- a) A natureza jurídica da convenção no ordenamento brasileiro após sua aprovação e ratificação, à luz da Constituição Federal.
- b) As implicações práticas para a legislação interna e para a atuação dos órgãos públicos no combate ao racismo.
- c) Possíveis impactos sobre políticas públicas e ações afirmativas já existentes no Brasil.

O parecer deve ser redigido em linguagem técnica, estruturado com introdução, fundamentação e conclusão, mencionando dispositivos constitucionais e princípios de Direitos Humanos pertinentes.

2. Prática em Ética Jurídica

2.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

A ética profissional na defesa jurídica e a divulgação de informações durante casos de grande repercussão midiática. A notícia descreve a defesa pública do jogador “N” em uma acusação de estupro, fortemente acompanhada pela divulgação de trechos de conversas íntimas e de imagens/vídeos pessoais, bem como pela atuação de advogados que teriam divulgado informações de ex-advogados da suposta vítima para justificar a renúncia de patrocínio. Discute-se, ainda, a conduta ética dos advogados envolvidos, o uso de meios de comunicação para influenciar a opinião pública e o dever de sigilo profissional.

Com base nesses fatos hipotéticos — e nos preceitos éticos da OAB, no Código de Ética e Disciplina da OAB, bem como nas normas pertinentes do Estatuto da OAB, do Código de Processo Penal, do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor, quando aplicáveis —, elabore um texto argumentativo onde:

1. Analise se é eticamente admissível que a defesa de um acusado utilize redes sociais e divulgue conteúdo íntimo para influenciar a opinião pública, distinguindo entre contraditório público e contraditório processual.
2. Discuta o dever de sigilo profissional do advogado e as circunstâncias em que ele pode — ou não pode — divulgar informações de clientes, incluindo nos casos de renúncia de patrocínio, com base na ética profissional brasileira.
3. Avalie o papel da publicidade na advocacia em casos de grande repercussão midiática e os limites éticos para evitar a perseguição de uma das partes ou a divulgação de elementos prejudiciais à justiça.
4. Apresente uma conclusão que situe os princípios da dignidade da pessoa humana, da ampla defesa e do devido processo legal no âmbito da conduta profissional dos advogados.

3.Prática Processual Constitucional

3.1. Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

O Estado fictício de KUY editou o Decreto Estadual nº 1.234/2025, dispondo sobre a regulamentação de imunidades tributárias concedidas a templos de qualquer culto em seu território.

O ato normativo, entretanto, estabeleceu expressamente, em seu art. 5º, que “a imunidade tributária prevista no art. 150, VI, ‘b’, da Constituição Federal não se aplica ao IPTU incidente sobre imóveis pertencentes a templos de qualquer culto, ainda que utilizados nas finalidades essenciais da entidade”.

Na prática, a norma passou a autorizar a cobrança de IPTU dos imóveis de templos situados em diversos municípios do Estado, inclusive da sede nacional do Partido Político N, que mantém um templo ecumênico aberto ao público em sua estrutura e cujo Senador, em pleno exercício de mandato, tem forte atuação parlamentar na defesa da liberdade religiosa.

O partido entende que a norma estadual viola frontalmente a Constituição Federal e pretende impugná-la por meio da via processual adequada, com efeito vinculante e eficácia contra todos, de modo a assegurar o respeito à imunidade tributária e à liberdade de culto.

Na qualidade de advogado constituído pelo Partido Político N, elabore a peça processual adequada, observando os requisitos legais e as normas aplicáveis. A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não confere cumprimento da atividade.

4. Prática em Direito Internacional

4.1 Atividade a ser desenvolvida (manuscrita)

Em 2022, o Estado Alfa e o Estado Beta, ambos membros de uma organização internacional de caráter regional, assinaram o Tratado de Cooperação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, que estabelece padrões obrigatórios de emissão de poluentes para setores industriais estratégicos. O tratado prevê, no artigo 14, que qualquer empresa localizada nos Estados signatários que exceder os limites será sujeita a sanções comerciais automáticas, incluindo sobretaxas e restrições de importação.

O Estado Alfa ratificou o tratado conforme seu procedimento constitucional, integrando-o ao ordenamento jurídico interno. Já o Estado Beta, embora tenha assinado e ratificado o tratado, promulgou posteriormente a Lei Nacional nº 45/2024, flexibilizando os limites de emissão para favorecer sua indústria siderúrgica e declarando, em seu artigo 5º, que “em caso de conflito, prevalecerão as disposições desta lei sobre quaisquer obrigações internacionais contrárias”.

O Estado Alfa denunciou a situação perante a organização internacional, alegando violação do princípio *pacta sunt servanda* e solicitando a aplicação de medidas contra o Estado Beta. Este, por sua vez, defende que está apenas exercendo sua soberania legislativa, e que as regras internas são expressão de seu interesse nacional.

Com base nas normas do direito internacional público, nos princípios constitucionais brasileiros sobre incorporação de tratados e na teoria dos conflitos normativos, elabore um parecer jurídico (cerca de 400 palavras) respondendo:

- a) Como se resolve o conflito entre lei interna e tratado internacional ratificado.
- b) O alcance da soberania estatal frente a obrigações internacionais voluntariamente assumidas.
- c) As consequências jurídicas e políticas do descumprimento perante a comunidade internacional.

O parecer deve conter introdução, fundamentação e conclusão, com menção a princípios como pacta sunt servanda, não intervenção e cooperação internacional, além de exemplos da jurisprudência internacional.

5. Atividades Externas

5.1. Assistir 03 (três) audiências do Juizado Especial Cível, do **Juizado Especial**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades e anexar **o certificado**.

5.2. Assistir 02 (dois) **audiências de justificação**, da **Justiça Comum Civil**, de forma presencial ou pelo site <https://audienciasonline.com.br/>. **Preencher o relatório** das atividades e anexar **o certificado**.

5.3. Realizar 01(uma) **visita presencial** à escolha do aluno. A visita poderá ser a tribunais, delegacias, IML, museu da polícia judiciária, organizações não governamentais de carácter jurídico, museu de natureza jurídica, bem como qualquer visita proposta pela instituição, **apresentando relatório**, acompanhado de **carimbo e assinatura** do responsável do referido órgão.

6. Prática Jurídica Real – 40 horas

▪ A **prática jurídica real** poderá ser cumprida pela realização de **Estágio Externo**, mediante preenchimento de Termo de Compromisso de Estágio e declaração de estágio, com firma reconhecida, de Advogado militante (de preferência em escritório credenciado pela Ordem dos Advogados do Brasil), ou de outras empresas ou órgãos públicos. Na pasta deve ser apresentada a declaração de realização do estágio.

▪ A **prática jurídica real** também poderá ser cumprida junto ao **Núcleo de Práticas Jurídicas** realizando atendimentos à comunidade vulnerável socioeconomicamente, fornecendo informações, orientações, reclamações administrativas perante órgãos de proteção ao consumidor e acompanhamento em **mediações familiares**. Não havendo demanda da população, será indicada atividade substitutiva por meio de elaboração de peças praticas entre outras atividades a serem propostas.